

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



POLÍTICAS DE BONIFICAÇÃO EM ESTADOS BRASILEIROS

Pesquisador(es): RODRIGUES, Giovana Antunes; ROSTIROLA, Camila Regina

Instituição de Ensino Superior/Curso: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc),
Curso de Pedagogia

Área: Área das Ciências da Educação.

Introdução: As políticas de avaliação educacional já fazem parte da cultura brasileira, marcadamente, em função de que o país possui institucionalizado seu sistema nacional de avaliação desde os anos de 1990. Muitos estados, além de participarem das iniciativas nacionais, têm investido na criação de sistemas próprios de avaliação, assim como em programas de bonificação e de incentivos, tendo como base o cumprimento de metas educacionais estipuladas com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e/ou de indicadores próprios, sob a prerrogativa de melhoria da qualidade educacional. Nesse cenário, a reflexão aqui proposta apresenta os resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada com aportes financeiros do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu), artigo 171. **Objetivo:** Compreender os tipos de bonificação e incentivo adotados pelos estados brasileiros e quem são os sujeitos envolvidos nesses programas. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que visa subsidiar estudos mais abrangentes sobre a implementação de dispositivos de accountability (avaliação, prestação de contas e responsabilização) no Brasil e em países da América Latina. Os recursos técnicos utilizados para levantamento de dados e análise de informações foram o estudo documental e análise comparativa. **Resultados:** Com base em um levantamento realizado, nos sítios oficiais das unidades da federação, foi possível identificar nove estados (Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Tocantins), que neste ano de 2021, possuem programas de bonificação por resultados implementados. As formas adotadas variam desde o pagamento de prêmios em dinheiro para os professores e demais profissionais da educação, repasse de recursos financeiros às

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



escolas com bons indicadores educacionais e apoio financeiro para as escolas que não atingiram as metas estabelecidas. É importante destacar que Minas Gerais e Paraíba tinham suspenso o pagamento de bonificações, contudo, em 2021 retomaram essas práticas. Ainda, tem sido comum, a adoção de regime de colaboração entre estados e municípios para a implementação e o fortalecimento de políticas de bonificação. **Conclusão:** De forma geral, foi possível constatar que a forma predominante de bonificação adotada pelos estados têm sido o pagamento de prêmios em dinheiro para os profissionais de educação. A associação mediante os resultados apresentados nas avaliações em larga escala e a destinação de bonificações, quer seja individual ou coletiva, configura um modelo de accountability tipo high stakes, ou forte. Estas são medidas que, idealizadas pelo Estado neoliberal sob o discurso de adoção de mecanismos democráticos e de prestação de contas, estão fortalecendo os preceitos da meritocracia, performatividade e competitividade entre as escolas brasileiras.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Políticas de bonificação. Estados Brasileiros. Meritocracia.

E-mails: rodriguesgiovana1997@gmail.com; camila.rostirola@unoesc.edu.br